

B2 – MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA COMPATIBILIZAÇÃO^{1,2}

O desenvolvimento da fase de compatibilização e articulação se estendeu ao longo de mais de três anos, ao longo dos quais a mobilização social foi intensa e diversa. Ao Projeto Piava coube um papel central na condução desse processo de mobilização e discussão pública, que se desenrolou por meio de três campanhas da Semana da Água, em 2007, 2008 e 2009. As consultas públicas propriamente ocorreram em 2007, e nos anos seguintes, acompanhando a evolução dos trabalhos técnicos, ocorreu o aprofundamento de alguns temas.

Não há equívoco em ter realizado a consulta pública antes da finalização da compatibilização. O fato é que o cenário e as diretrizes definem o eixo de atuação do Plano da Bacia, portanto eles tinham que passar necessariamente pela consulta pública, antes que se adentrasse em aspectos técnicos específicos.

No intuito de evidenciar a coerência entre essas ações mobilizadoras e uma série de outros eventos realizados, esse capítulo está assim estruturado: na seção B2.1 são descritos todos os encontros técnicos, eventos e mobilizações que serviram para coleta de dados, aprofundamento de discussões, e elaboração de programas de ação, realizados entre 2007 e 2010; a seção B2.2 trata da preparação da segunda consulta pública e a seção B2.3 relata essa consulta, que ocorreu em 2007.

B2.1 – Encontros técnicos dos GTs para discussão de soluções

Os objetivos dos encontros foi discutir as alternativas de solução dos problemas identificados, dando continuidade ao fortalecimento da interação entre a equipe técnica, o órgão gestor de recursos hídricos (leia-se SDS) e os atores sociais da bacia, de forma a incorporar as contribuições da sociedade ao plano.

Os encontros técnicos realizados para discutir e propor soluções para os problemas diagnosticados foram numerosos e, como já dito, não se resumiram aos GTs. O processo de discussão pode ser ordenado em quatro etapas, que transcorreram em parte simultaneamente:

¹ Pelo termo de referência, esse seria o capítulo B3, enquanto o B2 é voltado à articulação com bacias compartilhadas, que não se aplica ao caso da bacia do Itajaí.

² Elaborado por Beate Frank com base nos relatórios dos diversos eventos e campanhas.

1. Os dez GTs para formular diretrizes (criados em 2006, como descrito no Capítulo A5), que atuaram até meados de 2007, sendo que um deles atuou até 2008. Essa etapa praticamente se encerrou com um seminário em julho de 2007;

2. As discussões, em grupos por município, sobre as demandas da gestão ambiental municipal, realizadas na Semana da Água 2008;

3. As discussões em torno do monitoramento da qualidade de água, estimuladas pelo processo participativo de elaboração das metas de qualidade de água (enquadramento), realizadas também por município, na Semana da Água 2009;

4. Os seminários e oficinas, de 2007 a 2010, sobre temas diversos, como esgotamento sanitário, metas de qualidade, cobrança, recuperação de mata ciliar, gestão de áreas de preservação permanente em espaços urbanos, prevenção de desastres naturais e pagamento por serviços ambientais.

Os produtos de grande parte das discussões geradas estão incorporados ao Capítulo B1. Segue-se a descrição dos encontros, de acordo com as etapas acima elencadas.

Etapa 1

Para marcar o início das atividades dos GTs, a CT-Plan realizou dois encontros com a participação de todos os delegados, para apresentar a proposta de trabalho, o papel dos GTs na construção do Plano da Bacia e esclarecer demais dúvidas. Foram escolhidas as cidades de Rio do Sul e Blumenau para estes encontros, que ocorreram em semanas consecutivas do mês de outubro de 2006. Os grupos foram convidados para participar de um ou outro encontro, conforme sua localidade de origem.

A partir daí, as reuniões se estenderam até junho de 2007, totalizando 40 encontros. Cada GT se reuniu em média quatro vezes ao longo desse período, visando compatibilizar informações, aprofundar conhecimentos e estruturar as propostas de diretrizes para a temática do seu grupo de trabalho.

Finalizados os trabalhos dos GTs, a CT-Plan realizou duas reuniões de trabalho, em junho de 2007, para fazer a compilação e a sistematização das diretrizes propostas, e sua estruturação de acordo com as macrodiretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos (BRASIL, 2006b). Alguns dos integrantes dos GTs participaram dessas reuniões. Foi um trabalho exaustivo, que levou de fato a um afinamento dos eixos de atuação que o Plano deveria perseguir.

Em seguida, o conjunto consolidado de diretrizes foi discutido com os membros dos GTs. Na mesma oportunidade, foi idealizada a cenarização para a bacia. Estas atividades foram desenvolvidas de forma coletiva numa oficina realizada em Blumenau, no dia 18 de julho de 2007, com a participação dos membros da CT-Plan, delegados dos GTs e outros interessados. Nos dois dias que antecederam a oficina, foram realizadas atividades preparatórias à construção dos cenários com orientação do consultor Eng. Marco Neves e com a participação dos coordenadores dos GTs e outros integrantes da CT-Plan. Nesta ocasião foram identificadas as incertezas críticas para a bacia do Itajaí e construídas as idéias-força para subsidiar a oficina. Foram, assim, construídos os três cenários para a bacia e conferidas as diretrizes do Plano da Bacia. Em seguida esses resultados foram objeto de consulta pública, como explica a seção B2.2.

Um dos grupos de trabalho, o da outorga, continuou ativo após essa etapa, para formular os critérios de outorga para a bacia. Esse trabalho se estendeu até 2008, tempo durante o qual novos integrantes, representantes de usuários e também da EPAGRI, foram se integrando e colaborando com o grupo. Os resultados do trabalho desse grupo foram levados à assembléia do Comitê do Itajaí por três vezes, em 5 de dezembro de 2007, em 17 de abril e em 19 de junho de 2008, até que os critérios da outorga de captação fossem aprovados pelo Comitê do Itajaí.

Etapa 2

A segunda etapa de discussões se deu em 2008, quando foi aprofundado o tema da gestão ambiental municipal, apontado como uma das incertezas críticas para formulação do cenário. A gestão ambiental municipal é uma questão tão importante na bacia do Itajaí, que resultou inclusive como palavra-chave na visão de futuro, como descrito na seção B1.1.

Realizada em ano de eleições municipais, a Semana da Água 2008 teve como propósito instigar os novos gestores municipais a assumirem compromissos com a proteção da água no seu município. O tema foi “As prefeituras vão cuidar dos nossos rios?” Para isso, foram mobilizados diferentes setores da sociedade, por meio de uma campanha publicitária, de oficinas e de visitas aos municípios. O público-alvo da campanha foram os candidatos a gestores municipais e vereadores, representantes do poder público municipal, educadores, usuários de água, representantes de ONGs e demais interessados.

Foi elaborada também uma proposta educativa para as comunidades escolares, com o intuito de estimular essas discussões com os jovens nas diferentes escolas sediadas na região.

Como resultado desse processo se observou um grande engajamento de alunos e professores na busca por discussões ampliadas dessas temáticas. Na maioria dos trabalhos, foram realizadas discussões com toda a comunidade escolar e/ou discussões com a comunidade local.

Os mecanismos utilizados para alcançar os resultados esperados foram os descritos a seguir:

- Uma campanha publicitária com o lema: A política precisa ser transparente. Nossos rios também. Por isso vote pela Água (Figura B2.1). Essa campanha foi vinculada nas principais emissoras de TV da região. Além disso, foram feitas divulgação em rádio, internet e outdoor.
- Elaboração de vários materiais de apoio, como adesivos com o lema Vote pela água; folder explicativo contendo informações sobre a proposta da campanha e das oficinas; mini-folder denominado de “santinho”, contendo um modelo de como os candidatos poderiam apresentar em seu plano de governo propostas visando a proteção da água; caderno municipal com informações relativas ao município abordando aspectos sobre a gestão ambiental municipal, diagnóstico dos problemas ambientais municipais, visão de futuro da bacia, diretrizes do plano de Recursos Hídricos da Bacia, dentre outros; e um cartaz anunciando a proposta educativa para as comunidades escolares.
- Visitas aos municípios, entre os dias 21 de julho e 13 de agosto de 2008, com o propósito de divulgar a proposta da Semana da Água de 2008. Para essa reunião municipal, que correu em 51 municípios, foram convidados membros do Comitê do Itajaí, representantes da respectiva Associação de Municípios, representantes das SDRs, prefeitos, secretários, membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente, educadores, representantes do Grupo de Trabalho Municipal de Recuperação de Mata Ciliar e demais interessados. Ao todo estiveram presentes 429 pessoas, uma média de 8 pessoas por visita.
- Visitas a grande parte dos diferentes comitês eleitorais e sedes de partidos nos municípios (mais de 500 sedes de partidos foram mapeadas com dados do Tribunal Regional Eleitoral), com o intuito de divulgar a proposta (entrega do material de apoio) e de evidenciar o caráter apartidário da campanha e do Comitê do Itajaí.

³ Além disso, essas visitas tiveram a função de apresentar as ações a serem desenvolvidas pelo Projeto Piava entre 2008 e 2010, todas relacionadas com a consolidação de uma política pública de proteção da água.

A política precisa ser transparente. Nossos rios também.

VOTE PELA ÁGUA

Exija o compromisso ambiental do seu candidato.

A vida depende da água. Por isso a discussão sobre políticas de proteção de rios e nascentes é tão importante.

O Comitê do Itajaí quer você neste debate. Participe das ações da **Semana da Água 2008** e, nas eleições municipais, escolha candidatos comprometidos com a conservação dos nossos rios.

COMITÊ do ITAJAÍ
AGÊNCIA DE ÁGUA

FURB

PETROBRAS AMBIENTAL

BR
PETROBRAS

GOVERNO FEDERAL

Figura B2.1 – Material da campanha publicitária da Semana da Água 2008

- Oficinas de capacitação (em número de três, nos dias 18, 20 e 22 de agosto) para responder a pergunta “O que a sua prefeitura precisa fazer para cuidar dos rios?” e para estimular a mobilização local em torno do tema, realizadas segundo uma proposta metodológica (Figura B2.2) que possibilitasse aos mobilizadores uma reflexão sobre os seguintes pontos: Gestão Ambiental Municipal, Problemas

Ambientais relacionados a água, Visão de Futuro e Diretrizes do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Itajaí, com base em informações produzidas em atividades anteriores do Plano da Bacia, retratando a realidade de cada município. Para cada ponto analisado foi elaborada uma pergunta. Respondidas sequencialmente, tinham como propósito subsidiar a resposta da pergunta chave da oficina (O que a sua prefeitura precisa fazer para cuidar dos rios?). Participaram 38 municípios, por meio 183 representantes.

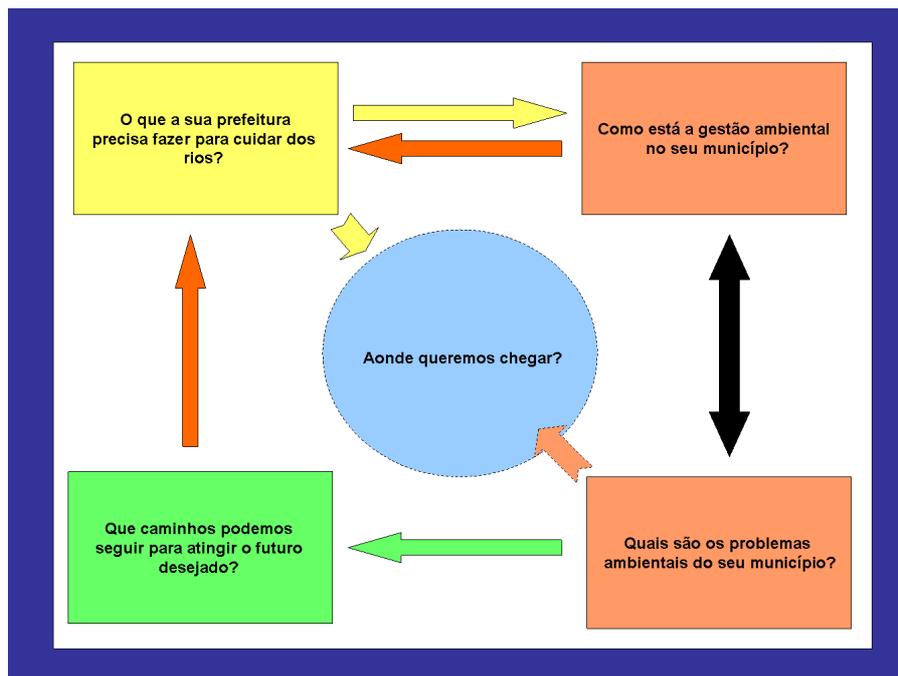


Figura B2.2 – Estrutura metodológica das oficinas de capacitação da Semana da Água 2008

- A realização de encontros, debates e assembléias municipais foi sugerida para estimular a mobilização municipal em torno do tema e para a apresentação das propostas elaboradas nas oficinas. Além disso, foi disponibilizado aos mobilizadores um modelo de carta compromisso que fosse apresentada aos novos gestores municipais como uma forma deles se comprometerem publicamente com as propostas da oficina.
- Sugestão de trabalho para envolvimento da comunidade escolar, em que os alunos deveriam construir propostas de governo que visassem à proteção dos rios e nascentes. Essas propostas deveriam ser amplamente discutidas na comunidade escolar ou com a comunidade do entorno da escola, ser de possível aplicação e levar em consideração a realidade local. Os trabalhos assim realizados - por 42

escolas de 25 municípios - foram apresentados pelos seus autores à Assembléia do Comitê do Itajaí, avaliados por uma comissão julgadora composta por membros do Comitê do Itajaí e do Coletivo Educador do Vale do Itajaí e Litoral Norte Catarinense, que selecionaram os dez melhores trabalhos cujos autores foram premiados com uma viagem educativa pela bacia do Itajaí.

Enfim, o tema da Semana da Água 2008 se propôs a mostrar para a sociedade da bacia hidrográfica uma nova forma de olhar a gestão da água. Mostrar que, além de ter que assumir a sua responsabilidade na proteção da água, é preciso cobrar responsabilidades de quem tem obrigações em relação a isso. Nesse sentido, a campanha se propôs a discutir com os novos gestores municipais o papel deles nesse universo e apresentar, conforme a visão dos mobilizadores municipais, que passos podem ser dados para a proteção dos rios e nascentes.

Durante as oficinas, foi possível perceber o engajamento e o comprometimento dos mobilizadores municipais. Após a apresentação dos objetivos da oficina, os grupos se organizaram e com muita propriedade estruturaram painéis que continham a realidade vivenciada. Analisaram, sonharam e propuseram soluções, muitas das quais diretamente ligadas aos desafios do novo gestor municipal, como a implementação da Lei 11.445/07, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

O trabalho coletivo de todo esse grupo de mais de 400 pessoas, mais uma vez desenhou para a bacia do Itajaí um novo panorama. O panorama da libertação de conceitos e de defeitos do modo de vida atual. Esse novo desenho, feito exclusivamente para os novos gestores municipais, quer alertá-los para seus compromissos com a água, com o ambiente natural, e com a vida.

Etapa 3

A terceira etapa de discussão se deu ao longo de todo o ano de 2009, quando foi abordado o tema qualidade da água da bacia pela campanha da semana da água daquele ano.

A qualidade da água sempre esteve entre os assuntos debatidos e as ações implementadas em diferentes edições da Semana da Água. Em 2009, a questão tornou-se o tema central: Metas de qualidade de água para a bacia do Itajaí.

Tendo como objetivos centrais “envolver a população da bacia na definição das metas de qualidade e incentivar ações locais que promovessem a participação social no processo da gestão de recursos hídricos”, foi cumprida a seguinte programação:

- Realização do “Seminário sobre Gestão de Recursos Hídricos - Enquadramento e Cobrança”, em maio de 2009, com o objetivo de disseminar entre a sociedade da bacia, como funcionam os instrumentos de gestão de recursos hídricos previstos na PNRH (enquadramento e cobrança). Além disso, foi a oportunidade de apresentar os estudos feitos até àquela data, para a sua implementação bacia do Itajaí. Este evento abriu as discussões sobre a qualidade da água da bacia do Itajaí.
- Realização das “Oficinas de Gestão de Recursos Hídricos: metas de qualidade da água”, em maio de 2009. O objetivo dessas oficinas, cuja pergunta norteadora era “Qual a qualidade ideal da água para o pleno desenvolvimento do conjunto das atividades na bacia do Itajaí?”, foi desenvolver uma alternativa para o enquadramento dos cursos d’água em classes de qualidade, chamada de “proposta de metas de qualidade da água para a bacia do Itajaí”. Esse objetivo se traduziu, na prática, na definição do “rio que queremos”, a partir do diagnóstico da qualidade de água (“rio que temos”) e do cadastro de usuários (“rio que precisamos”). Foram realizadas três oficinas, em Brusque, Timbó e Pouso Redondo.
- Realização de duas oficinas para capacitação de mobilizadores municipais para o monitoramento participativo da qualidade da água da bacia do Itajaí, em Blumenau e Rio do Sul, em agosto de 2009. A capacitação compreendeu a apresentação do kit de análise para acompanhamento da qualidade da água e a proposta do monitoramento participativo através do envolvimento das escolas e órgãos públicos. Além das explicações teóricas, os participantes saíram a campo para um exercício prático que orientou sobre as coletas e testes. A partir destes dois encontros, os participantes interessados formaram grupos que passariam a representar seus municípios no monitoramento participativo. Cada grupo formado e devidamente inscrito recebeu seu kit de análise para realizar os testes a cada 40 dias, nos pontos previamente determinados em cada município da bacia, até setembro de 2010, pelo menos. Os parâmetros a serem monitorados nos testes também foram definidos e apresentados nas oficinas de capacitação.

Em setembro de 2009 foram apresentados os primeiros resultados do monitoramento participativo na assembléia do Comitê do Itajaí.

Os resultados serão disponibilizados no site www.rededasaguas.org.br, por conta da parceria firmada com a Fundação SOS Mata Atlântica (Projeto Observando os Rios). Outra parceria firmada nesta ação foi com a Natura (Projeto Água de Viver).

Etapa 4

As demais discussões técnicas visando à solução dos problemas da bacia hidrográfica foram realizadas em oficinas, a seguir descritas. Todas essas discussões levaram à formulação de objetivos, ações e programas, integrados à fase C do Plano da Bacia.

O esgoto sanitário foi tema de um seminário promovido em Blumenau, em conjunto com a FECAM e com o Ministério Público Estadual, em 18 de abril de 2007. Quase 200 pessoas de 41 municípios participaram do evento, que gerou diretrizes para a solução da falta de tratamento de esgoto e a necessidade de articular tais soluções com a gestão de recursos hídricos.

Outro assunto diversas debatido em seminários e oficinas foi a gestão das áreas de preservação permanente em espaços urbanos, que é um tema importante numa bacia hidrográfica com alta densidade de drenagem e em que frequentemente ocorrem inundações bruscas. A gestão das APPs urbanas, pela importância que tem na bacia do Itajaí, foi caracterizada no diagnóstico (seção A2.2). Os passos na busca de soluções foram discutidos publicamente em três eventos:

Em outubro de 2006 o CME/MP e o Comitê do Itajaí realizaram, em Florianópolis, o Seminário “A Resolução CONAMA 369/2006 e sua repercussão em face dos Planos Diretores”, com o objetivo de discutir aspectos jurídicos e técnicos relativos às APPs ao longo dos cursos de água em área urbana. Como encaminhamento do Seminário, o CME/MP decidiu manter a nota técnica 01/2005 que sugere às promotorias a aplicação do Código Florestal nas áreas urbanas, excetuando-se as situações já consolidadas, para as quais cabe um estudo específico.

Em novembro de 2006, as mesmas duas instituições promoveram, em Blumenau, uma oficina sobre as APPs em áreas urbanas consolidadas na Bacia Hidrográfica do rio Itajaí, para estabelecer critérios para a definição das APPs em áreas consolidadas, tendo como parâmetro a Resolução CONAMA 369/2006, as funções ambientais das margens de rio e o histórico de ocupação.

Em 2009, o Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (NEUR/FURB) e o Projeto Piava promoveram o “II Seminário técnico: Propostas de gestão e intervenção ambiental urbana em margens de rios”, com o objetivo de atualizar o diagnóstico da situação das áreas de preservação permanente dos municípios da bacia do Itajaí e elaborar recomendações sobre a adequada gestão e intervenção nas APPs. Como resultado, os participantes elencaram uma série de ações de intervenção buscando conservar as matas ciliares em ambientes urbanos e

recriar a paisagem. Além, disso foram feitas recomendações para a gestão e intervenção em margens de rios nos municípios da bacia do rio Itajaí. Estiveram presentes neste evento 91 pessoas, oriundas de 23 municípios da região.

O desastre de novembro de 2008 favoreceu sobremaneira que as enchentes e os demais desastres naturais associados à eventos meteorológicos extremos fossem debatidos e soluções fossem buscadas. Pela importância do tema para o Governo de Santa Catarina, a responsabilidade pela condução dessa discussão foi do GTC, o Grupo Técnico-Científico criado pelo Governo do Estado para elaborar soluções para os desastres naturais que frequentemente assolam o estado. Em junho de 2009, esse GTC realizou uma oficina de trabalho para discutir propostas de solução originadas em diversas entidades, entre as quais a proposta do Comitê do Itajaí e as críticas ao antigo Projeto Jica. Diante da discussão que se sucedeu, foi estabelecido o “Comitê Técnico de Avaliação das Propostas para o Vale do Itajaí”, composto de representantes de 20 instituições, das quais cinco do Vale do Itajaí. O Comitê assim formado realizou 10 reuniões, ao longo das quais elaborou o Plano de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais da Bacia do Itajaí (PPRD-Itajaí), aprovado pelo Comitê do Itajaí em setembro do mesmo ano.

Para desenvolver as alternativas de re-enquadramento dos cursos d’água, foram realizadas três oficinas em junho de 2009, em diferentes lugares (Brusque, Timbó e Pouso Redondo), visando envolver atores das diversas sub-bacias, convidados a elaborar uma “proposta de metas de qualidade da água para a bacia do Itajaí”. Nessas oficinas, das quais participaram 94 pessoas, foi definido, na prática, o “rio que queremos”, a partir do diagnóstico da qualidade de água (“rio que temos”) e do cadastro de usuários (“rio que precisamos”). As oficinas de enquadramento foram um verdadeiro exercício de articulação e compatibilização entre usuários de água, população da bacia e poder público. Os resultados produzidos pelas oficinas, após analisados tecnicamente, foram apresentados ao Comitê do Itajaí na assembleia de 24 de setembro, porém não aprovados, por falta de clareza na proposição.

Em 17 de novembro, a CT-Plan se reuniu para a discussão e avaliação da alternativa de enquadramento das águas superficiais e subterrâneas. Nesta oportunidade houve muitas contribuições para ambas as propostas, principalmente para as águas subterrâneas. Finalmente a CT-Plan se manifestou favorável à aprovação da proposta, e na 23ª assembleia, em 5 de dezembro, o Comitê do Itajaí selecionou a proposta prospectiva de enquadramento para águas superficiais e para águas subterrâneas. Faltava ainda a definição das metas progressivas para o enquadramento, que foram submetidas à assembleia após apreciação da

CT-Plan, em 25 de fevereiro de 2010, sendo também aprovadas, embora ambas ainda devam passar pelas audiências públicas.

Além da participação das instituições interessadas no enquadramento, os órgãos ambientais municipais e do Estado devem ser ouvidos, conforme requer a Lei 14.675/2009 (Código Estadual de Meio Ambiente), no seu Art. 220. Sendo assim, foi encaminhado ofício à FATMA e a todas as fundações municipais de Meio Ambiente, bem como aos prefeitos dos municípios que não tem fundação ou secretaria de meio ambiente, solicitando que se manifestem sobre a proposta selecionada de enquadramento. Houve respostas positivas a esse ofício vindas de Alfredo Wagner, Penha, Presidente Getúlio e Rio do Sul. A FAEMA se manifestou favoravelmente durante a assembléia.

Outro tema objeto de oficinas foi a cobrança pelo uso da água. O modelo de cobrança, desenvolvido com critérios científicos, devia ser ajustado às necessidades dos usuários de água, e para isso foram realizadas quatro oficinas. As primeira três foram realizadas em julho de 2009, em Indaial, Ibirama e Ituporanga, novamente para facilitar o envolvimento de atores das diversas microrregiões, principalmente os usuários de água, para “discutir como resolver os conflitos pelo uso da água na bacia do Itajaí”. As 53 pessoas que participaram dessas oficinas geraram uma série de recomendações, requerendo novos estudos que levaram a um detalhamento e aprimoramento do modelo original. A versão revisada do modelo de cobrança, após ser avaliada pela CT-Plan, foi discutida em mais uma oficina, realizada em 22 de fevereiro de 2010, da qual participaram 38 pessoas. Embora ainda não se tenha chegado a um consenso quanto aos valores, pode-se dizer que há consenso em torno do modelo, bem como clareza sobre a necessidade de ampliar a base de informações econômicas.

Além dessas, houve mais duas oficinas sobre temas relevantes e apontados pelas diretrizes. Em novembro de 2008 foi realizada uma oficina sobre a recuperação de matas ciliares, mais especificamente sobre os termos de um programa municipal de conservação e recuperação de matas ciliares, a ser instituído na forma de lei em cada município. Do evento participaram 88 pessoas, que vieram de 30 municípios. O programa assim formulado foi posteriormente aprovado pelo Comitê do Itajaí, e está sendo gradativamente implantado nos municípios.

A última oficina realizada foi sobre o programa de pagamento por serviços ambientais, em 23 de março de 2010, em Rio do Sul. Serviços ambientais e o pagamento dos mesmos são conceitos novos, que consolidam uma idéia que aparece e reaparece nas discussões de proteção da água na bacia do Itajaí há muito tempo, e está contida nas diretrizes do Plano da Bacia. Trata-se de recompensar alguém por permitir que a natureza gere os

benefícios que só ela pode gerar, como por exemplo, água limpa e em quantidade. A ANA tem um programa denominado “Produtor de Água”, que põe esse conceito em prática. O Estado de Santa Catarina aprovou recentemente a Lei 15.133/2010, que institui o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais. Portanto, essa oficina, da qual participaram 46 pessoas, foi realizada para definir alguns encaminhamentos gerais para um programa de pagamento por serviços ambientais para a Bacia do Itajaí, nos moldes do Programa Produtor de Água da ANA.

Enfim, pode-se afirmar que o processo participativo foi a tônica ao longo de toda a discussão e criação de soluções para os problemas identificados na bacia do Itajaí. Um dos aspectos dos objetivos previstos, que é o fortalecimento da articulação com o órgão gestor de recursos hídricos, foi pouco desenvolvido.

B2.2 – Preparação para a Segunda Consulta Pública

Os objetivos dessa preparação são estimular a continuidade da participação social no processo de estruturação do Plano, envolvendo a sociedade nas discussões de compatibilização e articulação de soluções a se realizarem na Segunda Consulta Pública.

A discussão pública da fase B foi desenvolvida tal como na fase A, aproveitando-se a Semana da Água 2007, que foi orientada para a mobilização da comunidade da bacia do Itajaí para participar da construção coletiva do Plano de Recursos Hídricos.

A proposta deu continuidade às atividades iniciadas no ano anterior, que culminou com a formação de grupos de trabalho para a elaboração das diretrizes. Nesse sentido, a Semana da Água 2007 levou ao conhecimento da comunidade da bacia do Itajaí as diretrizes formuladas por esses grupos, os critérios de outorga então já elaborados pelo GT Outorga e informações pertinentes ao cadastramento dos usuários de água, que tinha sido iniciado daquele ano.

O primeiro passo na estruturação da proposta da Semana da Água consistiu na organização das coordenações regionais e municipais. Para isso foram encaminhados ofícios às Secretarias de Desenvolvimento Regional e aos Prefeitos Municipais solicitando a indicação das respectivas representações. As solicitações foram reforçadas via telefone e e-mail aos municípios que não se manifestaram no prazo determinado.

A coordenação geral da Semana da Água ficou a cargo de representantes da FURB e da Fundação Agencia de Água da Bacia do Itajaí. Cabe salientar que o principal objetivo dessa estruturação é formar uma rede de representações em diferentes níveis, com o intuito de ampliar a divulgação das informações, estabelecer parcerias e fortalecer o processo de mobilização social.

A Figura B2.3 apresenta algumas das atribuições estruturais de cada eixo de coordenação. O comprometimento desses parceiros facilita o desenvolvimento da proposta, enriquece o processo e fomenta as discussões de base no âmbito municipal.

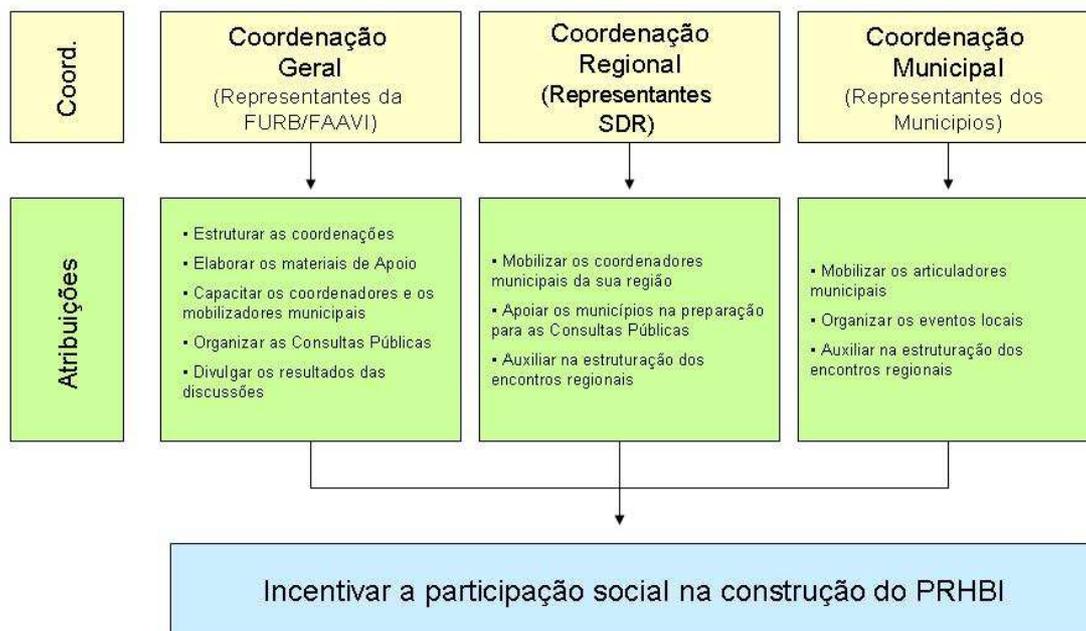


Figura B2.3 – Coordenações da Semana da Água e suas atribuições

Dos 52 municípios contatados, apenas 6 (Brusque, Guabiruba, Ilhota, Monte Castelo, Penha e Rio do Sul) não indicaram coordenadores municipais. Em relação às coordenações regionais, a SDR de Brusque e Rio do Sul também não indicaram representantes.

Com o intuito de mobilizar, com maior eficiência, os usuários de água, buscou-se com os municípios uma coordenação colegiada com representantes das secretarias de educação e com representantes de outras secretarias como agricultura, meio ambiente e comércio. A intenção era, dessa forma, envolver o setor público mais próximo dos usuários de água. A grande maioria dos municípios indicou dois representantes. Dos 46 municípios que indicaram representantes municipais apenas 2 não indicaram representantes de dois segmentos (Doutor Pedrinho e Witmarsum).

Após a estruturação das coordenações regionais e municipais, a coordenação geral elaborou os materiais de apoio e organizou as capacitações. Como material de apoio foi organizado um caderno contendo informações sobre os resultados da Fase A (diagnóstico e prognóstico), a proposta de diretrizes e os critérios de outorga e uma série de sugestões para desencadear as discussões nos municípios.

Ao todo foram realizadas 10 capacitações em diferentes municípios da bacia, com duração de 8 horas e ministradas por dois profissionais capacitados em diferentes aspectos: um destinado às discussões da proposta educativa e um profissional destinado às discussões técnicas.

A proposta metodológica adotada nas capacitações consistiu de três momentos: o primeiro momento chamou a atenção para a participação social na construção do Plano da Bacia; o segundo momento apresentou uma proposta bem didática com a finalidade de buscar uma compreensão mais ampla sobre o conceito de bacia hidrográfica; e o terceiro momento tratou de evidenciar, com base no diagnóstico, a atual situação do município de cada mobilizador, no que diz respeito às disponibilidades e demandas de água, principais problemas ligados à água e as principais ações a serem implementadas para sanar e/ou minimizar os problemas apontados. Com base nesse olhar, se apresentou a proposta de diretrizes e os critérios de outorga e se incentivou a discussão sobre esses documentos.

As capacitações atingiram um público de 220 pessoas, que representavam 45 municípios. Os municípios de Botuverá, Ascurra e Lontras, embora tenham indicado coordenadores municipais, não enviaram representantes para as capacitações. Os municípios de Monte Castelo, Guabiruba, Witmarsum e Brusque também não enviaram representantes.

Além das capacitações, a proposta da Semana da Água de 2008 foi divulgada em outros eventos. Ao todo foram oito encontros que reuniram cerca de 180 pessoas que representavam na sua maioria o Poder Público Municipal e os usuários de água. Nessas reuniões foi incentivada a discussão municipal das diretrizes e dos critérios de outorga, bem como a importância do cadastramento dos usuários de água.

Os mobilizadores municipais capacitados tinham como objetivo desencadear discussões públicas sobre as diretrizes e os critérios de outorga propostos pelos GTs. Municípios como Timbó e Gaspar reuniram representantes do Poder Público Municipal, dos usuários de água e sociedade civil para discutirem as propostas da Semana da Água 2007. A partir dessas discussões, os municípios avaliaram as diretrizes e os critérios de outorga que estavam sendo propostos e de acordo com a visão dos participantes elaboraram painéis com o resultado dessas discussões, que foram apresentados nas consultas públicas.

B2.3 – Segunda Consulta Pública

Os objetivos da segunda consulta pública são discutir as alternativas de compatibilização das disponibilidades e demandas hídricas e as alternativas para a articulação dos interesses das bacias compartilhadas, com representantes da área técnica, do OGRH e da sociedade, de forma a se estabelecer uma base comum de informações e de entendimento sobre as vinculações entre os problemas e as soluções, bem como confirmar, ou retificar as alternativas de intervenções propostas para o uso, proteção e conservação dos recursos hídricos.

Como descrito acima, por meio de capacitações, a Semana da Água 2007 estimulou e incentivou as discussões no âmbito municipal, com o intuito de enriquecer os debates e as propostas a serem apresentadas nas consultas públicas da Fase B.

Ao todo foram realizadas 6 consultas públicas, uma em cada sub-bacia, sendo que a sub-bacia do Rio Luiz Alves foi atendida juntamente com a sub-bacia do Rio Itajaí-açu. Os encontros ocorreram entre os dias 20 e 27 de setembro de 2007, nos seguintes municípios: Rio do Sul, Ituporanga, Ibirama, Timbó, Gaspar e Brusque. Ao todo estiveram presentes 290 pessoas (Tabela B2.1), numa média de 48 pessoas por Consulta Pública. Dentre os representantes do Comitê do Itajaí, apenas o segmento População da Bacia esteve representado em todas as consultas.

Tabela B2.1 - Participação nas consultas públicas

CPs Grupo	Rio do Sul 20/09	Ituporanga 21/09	Ibirama 24/09	Timbó 25/09	Gaspar 26/09	Brusque 27/09
Usuários	05	00	00	02	02	04
Pop. Bacia	03	03	03	04	06	05
Org. Públicos	01	00	00	01	01	00
Mobilizadores	23	30	21	18	20	09
Demais convidados	15	15	12	34	38	15
Total por CP	47	48	36	59	67	33

As consultas tiveram por objetivo a apresentação dos resultados das discussões nos municípios e a construção de uma visão de futuro para a sub-bacia em questão. Durante o período matutino, cada município apresentou um painel com o resultado das suas discussões.

Esse material foi recolhido pela coordenação geral da Semana da Água e encaminhado a representantes da CT-Plan para que os dados fossem compilados, discutidos e incorporados à matriz de diretrizes e aos critérios de outorga.

No período vespertino, foram apresentados os cenários da bacia do Itajaí e proposto ao grupo a construção de uma visão de futuro para a sub-bacia. Para isto foram formados grupos de trabalho, em que cada grupo recebeu uma folha de papel “kraft”, três folhas de papel A2, canetinhas, lápis de cor, giz de cera e pincel atômico. Com esse material, o grupo formou um painel com as respostas das seguintes perguntas:

- Onde queremos chegar?
- Quais as características da visão de futuro da sub-bacia?
- Quais os desafios a serem superados para poder alcançar essas características?

O primeiro questionamento foi expresso na forma de um desenho, para o qual os integrantes do grupo discutiram, com base na situação atual da sub-bacia (diagnóstico participativo), nas propostas de diretrizes para o plano de bacia e com os possíveis cenários para a bacia do Itajaí, qual a visão de futuro é possível de se concretizar na sub-bacia.

Os outros questionamentos foram escritos e deviam contemplar os seguintes aspectos:

- econômicos (produção, consumo, exportações...);
- sociais (educação, saúde, lazer...);
- ambientais (preservação, recuperação, qualidade...);
- institucionais (organismos de gestão, políticas públicas...);
- humano (participação, valores, ética...).

Após as consultas públicas, o material foi encaminhado à CT-Plan para organização das informações e estruturação de uma visão de futuro para a bacia do Itajaí. A formulação inicial da visão de futuro, gerada em agosto de 2008, é a seguinte:

Na Bacia do Itajaí, em 2030, haverá água para a manutenção da vida e para os diferentes usos de forma justa. Isso será possível porque:

- as atividades econômicas serão diversificadas, conservacionistas e com distribuição justa de renda;
- a gestão ambiental pública estará estruturada, atuante e articulada com a gestão de recursos hídricos;
- os ecossistemas estarão conservados;
- o sistema educacional será promotor de uma sociedade saudável, ética, solidária e cooperativa;
- a cultura de participação estará estabelecida e;
- as pessoas viverão em harmonia consigo, com a sociedade e com a natureza.

Essa versão foi simplificada mais ainda pela Diretoria do Comitê do Itajaí, e apresentada à Assembléia em 25 de setembro de 2008, da forma como foi apresentado na seção B1.1:

Na Bacia do Itajaí, em 2030, haverá água para a manutenção da vida e para os diferentes usos de forma justa. Isto será possível porque a gestão ambiental pública estará estruturada, atuante e articulada com a gestão de recursos hídricos e a cultura de participação estará estabelecida.